



Abril de 2007 - Nº 24



Edições Anteriores

:: Pesquisas evidenciam a complexidade da relação entre educação e exclusão.

:: Abrigos devem garantir direito à educação e acompanhar rendimento escolar de crianças e adolescentes em situação de risco.

:: Medida Provisória do Fundeb impõe limite ao financiamento da educação de adultos.

:: Fundeb e Fundef: as principais mudanças e diferenças no texto constitucional.

Educação pública de qualidade – quanto custa este direito?

Este será o tema da Semana de Ação Mundial 2007 no Brasil, que anualmente mobiliza redes, organizações e campanhas de mais de 100 países pelo direito à Educação. Ocorrerão atividades simultâneas entre 23 e 27 de abril em diversas regiões do país, coordenadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O foco é o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), um estudo inédito desenvolvido ao longo de três anos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com a colaboração de especialistas de universidades e institutos de pesquisa. O CAQi determina quanto é preciso ser investido por aluno de cada nível e modalidade da educação básica para que o país ofereça um ensino com o mínimo de qualidade para seus estudantes.

Apesar de estar previsto na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Lei do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (1996) e no Plano Nacional de Educação (2001), o Custo-Aluno Qualidade nunca saiu do papel. Isso porque representa uma profunda mudança na lógica de financiamento educacional, que hoje se baseia nos recursos disponíveis e não no investimento necessário para uma educação de qualidade.

As ações nacionais da Semana de Ação Mundial estarão concentradas em Brasília. No dia 25 de abril, a Campanha participa de uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para a apresentação do CAQi. No mesmo dia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realiza uma marcha para exigir a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional. Os ativistas da Campanha participarão da Marcha, pois o Piso representa quase 75% do investimento do CAQi.

Ações nas escolas e estados

Nas atividades descentralizadas, a idéia é mostrar que o direito à educação de qualidade tem um custo e estimular alunas/os, profissionais, mães/pais e comunidade a discutir esse custo e a reivindicar investimentos adequados por parte dos governos. Cerca de 250 escolas de 19 estados diferentes realizarão a pesquisa educativa “De que qualidade estamos falando?”, usando a metodologia Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião, projeto da Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro. Alunos, professores e outros funcionários discutirão o que é qualidade em educação e o que uma escola deve ter para oferecer uma educação de qualidade.

A Campanha também está propondo que as escolas avaliem e comparem os recursos e as condições de funcionamento (como número de alunos por sala, número de jornadas, professores, existência de laboratórios, equipamentos, móveis, etc.) com o que o CAQi propõe para uma escola de qualidade. Essa atividade deve ocorrer em escolas da Bahia e de Pernambuco.

No Recife, o Centro de Cultura Luiz Freire e outras entidades preparam dois seminários no Centro de Educação da UFPE e uma oficina sobre o CAQi com escolas públicas de Pernambuco, a

comissão de professores indígenas, a comissão estadual quilombola e grupos juvenis da região metropolitana.

Mobilização internacional

A mobilização internacional é promovida pela Campanha Global pelo Direito à Educação, coalizão mundial de instituições da sociedade civil. Defende que adultos e crianças em idade pré-escolar têm o mesmo direito à educação que as outras crianças e adolescentes. As atividades enfocarão a educação como um direito humano e terão como mote a frase "Unidos pelo direito à educação já!" (tradução do inglês "Join up for education rights now!"). O objetivo é pressionar os governantes a agirem com mais urgência para garantir os direitos educativos de todas as pessoas e atingir as metas da Iniciativa Educação para Todos.



Campanha Nacional pelo Direito à Educação:
www.campanhaeducacao.org.br. Contato: (11) 3151-2333, ramal 140, diones.soares@acaoeducativa.org (Diones Soares).

Campanha Global pelo Direito à Educação:
www.campaignforeducation.org (textos em inglês, francês e espanhol).

CNTE: www.cnte.org.br, (61) 3225-1003.

Atividades em Pernambuco: Centro de Cultura Luiz Freire,
liz@cclf.org.br, (81) 3301-5241 (Liz, Geisa ou Patrícia).

Atividades na Bahia: Crianças no Centro da Roda/Uneb
(Itaberaba), (71) 3381-4665, dbeldm@yahoo.com.br (Izabel).

Atividades em São Paulo: Fundação Abrinq, (11) 3848-8799
(Amélia Bampi).

